



NEWSLETTER

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Edição N° 9 maio e junho de 2022

INFORMAÇÕES NACIONAIS

Recordando o 1º de maio

Discurso do Secretário Geral e da Presidente da UGT, Mário Mourão e Lucinda Dâmaso, nas comemorações do Dia do Trabalhador



Os jovens e o futuro do trabalho oportunidades para impulsionar o sindicalismo

A UGT e os seus Sindicatos assinalam as comemorações o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador 2022, com uma Conferência Sindical dedicada ao “Sindicalismo e os Jovens” e aos “Desafios do Mundo do Trabalho e as Mudanças de Paradigma”, que decorreu, no Auditório Delmiro Correia, sede da central sindical, na Rua Vitorino Nemésio, em Lisboa.

O painel da manhã contou com as intervenções dos jovens sindicalistas Hugo Bahut (SINDEL), Cláudia Silva (SBN) e Carlos Moreira (SINTAP), moderados por Sérgio Monte, Secretário-Geral Adjunto da UGT e responsável pela negociação coletiva da central. O ponto de partida deste painel andou à volta do tema “como convencer um jovem a aderir ao sindicalismo?”.

Que fazer, então, no mercado de trabalho? As respostas poderão ser prolongar a vida ativa dos trabalhadores, incentivos à permanência no mercado de trabalho, repensar as carreiras profissionais, a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, uma reforma da flexisegurança, podendo os desafios ser ainda maiores em alguns novos setores como a gig economy. Sobre a automatização sabe-se que o fornecimento anual de robots industriais é aos milhares, que 14% dos empregos poderão vir a ser completamente automatizados e 32% venham a sofrer significativas alterações.

O receio em ser-se substituído por um robot é mais forte na exploração espacial, na produção industrial, na busca e resgate, no setor militar e de segurança. Os trabalhadores menos qualificados estão em maior risco com a automatização. No lado menos afetado estão os setores dos cuidados, educação, tempos livres e cuidados de saúde. O lado positivo é que a automatização também gera muitos novos empregos, o que é uma esperança.

A Educação e Formação são cada vez mais determinantes. No entanto, muitos adultos não têm as qualificações necessárias para empregos emergentes. Por outro lado, sublinha Álvaro Pereira, seis em cada dez adultos não tem as qualificações básicas de Tecnologia de Informação ou não tem qualquer experiência com computadores

o papel das políticas públicas é muito importante no “trabalho do futuro”, sublinhando cinco fatores: **aprendizagem ao longo da vida ainda mais relevante, sistema dual e de aprendizagem**, flexisegurança: mais segurança com mais flexibilidade, reparar os sistemas sociais e prepará-los para sociedades mais envelhecidas, tudo isto com o reforço do Diálogo Social. Algumas boas práticas nesta matéria são os esquemas de retenção e formação (Alemanha), as contas individuais para a formação-aprendizagem (Países Baixos), os vouchers de orientação de carreiras (Bélgica) e a formação orientada para as novas formas de trabalho (EUA, Califórnia).

Mais conclusões em:

<https://www.ugt.pt/comunicados/comunicados-305?offset=25&ano=2022&tipo=noticia>

FNE quer mais investimento e valorização do setor
A Federação Nacional da Educação lançou uma campanha com o objetivo de alertar para a importância de uma "Educação com Qualidade".



Um estudo da Federação Nacional da Educação revela que o principal problema para os professores no regresso às aulas presenciais é o elevado volume de trabalho, sendo a saúde mental, o segundo problema dos docentes.

Declarações de João Dias da Silva, SG da FNE.



A Direção-Geral da Educação, no âmbito do Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES), criou a distinção – Selo Escola Saudável – a conceder às escolas que integrem e assumam nas suas práticas quotidianas a promoção do bem-estar da comunidade educativa.

Pretendeu-se, com a atribuição deste Selo, reconhecer o mérito dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que através das suas práticas contribuam para a promoção de relações interpessoais saudáveis, para o envolvimento de toda a comunidade educativa e para uma imagem positiva da escola.

Português Língua Não Materna em Interação - Boletim de uma comunidade de práticas



Divulga-se o segundo número do Boletim Português Língua Não Materna em Interação - Boletim de uma comunidade de práticas, produzido pela Fundação Aga Khan em articulação com um grupo de professores de PLNM e de outras disciplinas.

Aceda aqui a este segundo número aborda a temática da aprendizagem do português em imersão: <https://sway.office.com/qpB2AcGHiHD1Mhlt?ref=email>



Campanha de sensibilização para o uso seguro da Internet

Campanha de sensibilização para o uso seguro da Internet

O Centro Nacional de Cibersegurança, através do Centro Internet Segura, em parceria com a Ordem dos Psicólogos e com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, lançou a campanha de sensibilização para a adoção de comportamentos seguros na Internet, destinada aos adultos mais velhos: “O que a Internet diz de si”.

Através desta campanha, composta por cartazes e vídeos de sensibilização, pretende-se que os adultos mais velhos se identifiquem com a mensagem transmitida por personalidades conhecidas, como Júlia Pinheiro e Júlio Isidro, e possam, de forma lúdica e simples, conhecer e adotar boas práticas no uso da Internet.

Recursos e mais informações sobre a campanha em: <https://www.internetsegura.pt/o-que-internet-diz-de-si>

Cibersegurança em Portugal

Encontra-se disponível para consulta o Relatório Riscos & Conflitos, do Observatório de Cibersegurança, do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). Este relatório faz a análise dos principais incidentes, cibercrimes e agentes de ameaça que afetam o ciberespaço no contexto nacional, bem como algumas tendências que podem marcar o futuro a este nível. A análise apresentada baseia-se na sistematização de dados e perspetivas partilhados por várias instituições parceiras, tendo em conta referenciais internacionais e diversos contributos, de modo a apresentar uma visão integrada e o mais completa possível dos riscos e conflitos no ciberespaço e que são de interesse nacional.

Encontra-se disponível o relatório completo e a sua versão resumida. Para mais informações sobre o Observatório de Cibersegurança consulte a página do CNCS:

<https://www.cncs.gov.pt/pt/observatorio/>





O Ministério da Educação apresentou aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas (AE/ENA) os resultados da primeira monitorização do Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+ e divulgou o Guião de Práticas e Sugestões (GPS) para potenciar o uso dos resultados das provas de aferição.

Estes dois instrumentos visam melhorar o acompanhamento dos alunos, a partir de dados sobre os seus desempenhos, e conhecer as medidas adotadas pelas escolas para aferir quais as mais eficazes no processo de recuperação das aprendizagens.

O inquérito de monitorização foi respondido por 96,4% das escolas.

O Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+ integra um conjunto vasto de medidas, estando em desenvolvimento e implementação mais de 80% das ações previstas. Este inquérito afere a taxa de adesão das escolas a medidas organizacionais de carácter pedagógico. O Plano assenta em três eixos de atuação: “Ensinar e Aprender”, “Apoiar as Comunidades Educativas” e o “Conhecer e Avaliar”, integrando cada um vários domínios que se desenvolvem através da realização de ações específicas.

Nas escolhas feitas pela generalidade das escolas, destaca-se a adoção, em larga maioria, das ações “Escola a Ler” (82% dos AE/ENA), “Começar um novo ciclo e/ou 1.º ciclo e novos ciclos” (74%) e “Capacitar para avaliar” (66%).

Guião de Práticas e Sugestões (GPS)

O trabalho de apoio às escolas na monitorização dos efeitos da pandemia nas aprendizagens dos alunos envolve a análise dos resultados do desempenho dos alunos, associada ao desenvolvimento de práticas mais adequadas à superação das dificuldades detetadas.

Por outro lado, o Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE) desenvolveu o projeto PAR (Projeto de Acompanhamento de Escolas na Análise e Utilização dos Relatórios de Avaliação Externa), que deu origem a dois guiões com orientações para a análise e utilização dos resultados das Provas de Aferição: um Guião de Práticas e Sugestões (GPS) para o 1º e outro para os 2.º e 3.º ciclos. Estes GPS são exemplos de práticas de referência, que envolvem alunos, professores e encarregados de educação.



CNE
CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

O Professor Doutor Domingos Fernandes foi eleito Presidente do Conselho Nacional de Educação no dia 27 de maio e empossado pelo Presidente da Assembleia da República em 9 de junho de 2022.



*Tomada de Posse do Presidente do Conselho Nacional de Educação, Domingos Manuel Barros Fernandes
Sala de Visitas da Presidência da Assembleia da República de Portugal, 09 de junho, 2022
Fotos de Sandra Ribeiro, jun. 2022*

Em virtude da eleição do Professor Doutor Domingos Fernandes para o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Educação, a UGT saúda a Professora Maria Emília Broderoque Santos pelo importante trabalho que realizou nos últimos anos e dá as boas-vindas ao novo Presidente, desejando um trabalho muito profícuo na direção daquela entidade.

Com a mudança de direção, as Comissões Especializadas Permanentes do CNE passaram a ser as seguintes:

- **1.ª Comissão - Currículo**
- **2.ª Comissão - Inovação Pedagógica nas Escola**
- **3.ª Comissão - Escola e Sociedade**
- **4.ª Comissão - Professores e Outros Profissionais da Educação**
- **5.ª Comissão - Democratização e Desigualdades Educativas**
- **6.ª Comissão - Educação Superior, Ciência e Tecnologia**

CNE RECOMENDAÇÃO

sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva

No ano letivo 2019/20, em Portugal Continental, o número de alunos/as de nacionalidade estrangeira matriculados/as no ensino básico e secundário foi de 68 018, representando 6,7% do total de alunos/as. No período de 2010/11 a 2019/20, verificou-se uma redução do número destes alunos/as, invertendo-se esta tendência a partir do ano letivo de 2016/17. O decréscimo verificado entre 2010 e 2015 é explicado, por um lado, pela redução do número de pessoas estrangeiras residentes em Portugal e, por outro, pelo “aumento do número de cidadãos estrangeiros, nomeadamente de descendentes de imigrantes já nascidos em Portugal, que adquiriram a nacionalidade portuguesa”

No ensino superior, em 2019/20, estavam matriculados 62 690 alunos/as de nacionalidade estrangeira, (16,5%) sendo que o número de

alunos/as de nacionalidade estrangeira inscritos/as no ensino superior tem vindo a aumentar. Tendo em conta que vez que os/as alunos/as de origem migrante constituem grupos altamente heterogéneos, vemo-nos confrontados com grandes desafios em integrar estes alunos no nosso sistema de ensino de uma forma inclusiva. Neste sentido, o CNE sentiu a necessidade de repor esta problemática na ordem do dia e refletir em conjunto para elaborar um conjunto de recomendações que visam contribuir para o desenvolvimento do processo de criação de uma escola inclusiva:

- Uma operacionalização das medidas de política educativa para a inclusão
- Um desenvolvimento curricular que sustente a inclusão
- Uma comunidade educativa ampla e diversificada para a inclusão
- Uma formação pensada e adequada para a inclusão
- As línguas como meios indispensáveis à inclusão



Recomendação

sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva

Conselheiros(as)/Relatores(as)

Leonor Santos

João Paulo Mineiro

Joana Batalha

José Reis

junho 2022

https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Acolhimento_migrantes_escola_inclusiva.pdf

CNE RECOMENDAÇÃO

Participação dos jovens no ensino superior



Recomendação

Participação dos jovens no ensino superior

Conselheira(os)/Relatora(es)
Ana Gabriela Cabillas
António Manuel de Almeida-Dias
David Rodrigues
Joaquim Mourato
Pedro Lourie
Rui Vieira de Castro

junho 2022

A presente Recomendação surge na sequência da deliberação do Conselho Nacional de Educação sobre “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar” e no entendimento de que a voz dos estudantes no ensino superior requer uma abordagem particular da problemática que lhe está associada.

O objetivo principal é enquadrar o âmbito da participação dos estudantes no ensino superior e apresentar recomendações que propiciem a sua maior intervenção na vida das instituições, em diversos níveis: órgãos de governo, pedagogia, movimento associativo e experiências sociais que o ensino superior proporciona.

A larga maioria dos estudantes do ensino superior, para os primeiros ciclos de estudo, ingressa com 18-20 anos, ainda numa fase bastante jovem, com margem de progressão e crescimento. Sendo o contexto onde se desenvolve o ensino superior altamente estimulante, as IES, docentes e estruturas representantes dos estudantes devem ser capazes de criar um ambiente académico interessante, que desperte as melhores capacidades de

cada um para as mais diversas áreas e que fomente a participação e cidadania ativas dos jovens, promovendo a intervenção social não só nas IES, mas depois ao longo de toda a vida adulta como cidadãos ativos, críticos e atentos ao mundo que os rodeia.

Na sequência das considerações apresentadas que tiveram por base os contributos de diversos documentos nacionais e internacionais, do relatório técnico do CNE, A voz das crianças e dos jovens na educação, e das audições, seminários e webinars anteriormente realizados sobre esta temática e tendo por objetivo reforçar a confiança entre as IES e os estudantes, no respeito mútuo pelas diferentes visões, todas elas essenciais para a melhoria da qualidade da democracia, participação e capacitação, o CNE apresenta recomendações nas seguintes matérias:

- Ordenamento Jurídico
- Valorização do associativismo estudantil
- Participação na melhoria da qualidade contínua no ensino superior

https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Participacao_jovens_ensino_superior.pdf

Acelerador Qualifica | Programa Qualifica | Plano de Recuperação e Resiliência

Já está disponível o módulo “Acelerador Qualifica”, integrado na plataforma do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO). O Acelerador Qualifica é uma medida enquadrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e tem como objetivo incentivar o regresso dos adultos a processos de aprendizagem ao longo da vida que contribuam para a obtenção de uma qualificação escolar ou profissional. O CEFOSAP/UGT apostam também fortemente no incentivo ao regresso dos adultos a processos de RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, através dos seus Sindicatos e Uniões Distritais.

A medida traduz-se na atribuição de um apoio financeiro a adultos que, através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) concluem uma qualificação que estava incompleta ou progridam na sua escolaridade ou qualificação profissional. O montante a atribuir a cada adulto corresponde a 1,25 do Indexante de Apoios Sociais (IAS), valor a atualizar anualmente durante o período de vigência da medida.

Com este incentivo pretende-se valorizar e incentivar o esforço dos adultos que tendo abandonado a escola sem concluir o 12.º ano ou uma qualificação profissional decidem regressar e apostar no aumento da sua qualificação. Até agora o RVCC era a única modalidade do Sistema Nacional de Qualificações que não tinha qualquer apoio financeiro associado. A possibilidade de aceder a apoios para fazer face a despesas com transportes, alimentação ou outras, já existente para as modalidades de formação, será um importante incentivo para trazer mais adultos pouco qualificados aos centros qualifica, contribuindo para a sua integração e para a melhoria das suas condições de vida.

A Meta, até 2025, é a de abranger 100 mil adultos e o Investimento total é de 55 M€.

INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

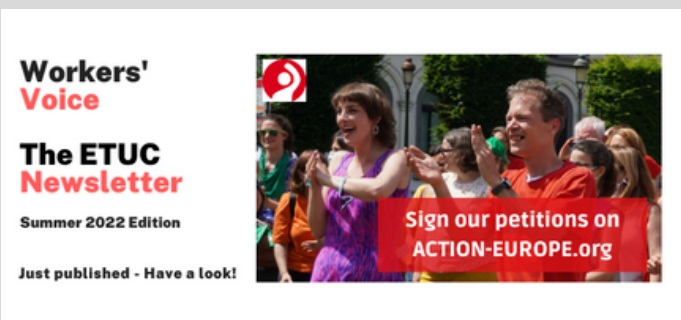


A edição de maio da Workers' Voice incide em especial nos desafios que os cada vez mais trabalhadores de plataformas enfrentam

Destaca também a comemoração do 1º maio e a necessidade de maior solidariedade e ainda a Conferência sobre o Futuro da Europa, entre outros assuntos.

Consulte a Newsletter da CES aqui:

https://mailchi.mp/etuc/workers-voice-the-etuc-newsletter-n165_en-225825



A edição de junho centra-se na campanha **Ação-Europa**

Uma comunidade em campanha por um acordo mais justo para os trabalhadores.

Acabar com as violações dos direitos humanos nas cadeias de fornecimento - envolver os sindicatos

O trabalho não deve matar – exija zero morte no trabalho!

Acabar com a violência e o assédio no trabalho – Ratifique a convenção interna



CEDEFOP

European Centre for the Development of Vocational Training

As microcredenciais não são uma novidade. Há já vários anos que são utilizadas em diversos países e setores da educação e formação. Desempenham um papel, nomeadamente, na certificação de cursos de TI ou no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da saúde. A Irlanda atribui-as há mais de 20 anos, em áreas como o ensino universitário. Mais recentemente, as microcredenciais proliferaram em toda a Europa e são agora oferecidas a vários níveis no ensino e formação profissionais (EFP) geral, tanto público como privado.

PONTOS FORTES

- As microcredenciais respondem à evolução das necessidades do mercado de trabalho,
- promovem a aprendizagem ao longo da vida,
- ajudam no aperfeiçoamento profissional e na requalificação,
- permitem aos aprendentes a construção e validação de competências profissionais (aprendizagem não formal e informal),
- oferecem oportunidades para uma melhor compreensão e cooperação entre os fornecedores de serviços de educação e os empregadores,
- têm o potencial de proporcionar acesso à educação a uma maior variedade de aprendentes
- proporcionam percursos de aprendizagem flexíveis.

PONTOS FRACOS

- As microcredenciais são fonte de incerteza para as partes interessadas quanto às vantagens que oferecem,
- proliferaram de formas não regulamentadas, confundem os utilizadores devido à sua complexidade e variedade,
- confundem os utilizadores devido à sua complexidade e variedade,
- carecem de transparência quanto a quem garante a sua qualidade,
- apresentam desafios relativamente ao seu reconhecimento,
- muitas vezes, não chegam aos grupos mais vulneráveis ou desfavorecidos de aprendentes.

Fonte: Cedefop.

AS MICROCREDENCIAIS ESTÃO A GANHAR IMPORTÂNCIA?

Impulsionadas por mudanças na educação, na formação e no mercado de trabalho, as microcredenciais podem apoiar a atribuição e o reconhecimento de competências

As microcredenciais não são uma novidade. Há já vários anos que são utilizadas em diversos países e setores da educação e formação. Desempenham um papel, nomeadamente, na certificação de cursos de TI ou no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da saúde. A Irlanda atribui-as há mais de 20 anos, em áreas como o ensino universitário. Mais recentemente, as microcredenciais proliferaram em toda a Europa e são agora oferecidas a vários níveis no ensino e formação profissionais (EFP) geral, tanto público como privado.

No entanto, só recentemente é que as microcredenciais ganharam atenção generalizada nos debates políticos da UE. Por enquanto, a maioria dos países ainda não adotou uma definição oficial. O termo «microcredenciais» não é muito utilizado, tendo os certificados para formatos de aprendizagem curtos várias designações, incluindo «microcertificações», «badges», «qualificações micro/parciais/suplementares» e «certificados de módulos».

Apesar dos diferentes termos, os países europeus certificam muitas atividades de aprendizagem de curta duração através de dispositivos que correspondem, total ou parcialmente, à definição proposta pela Comissão Europeia (ver caixa 1). Esta definição operacional de microcredenciais surgiu de uma consulta pública lançada pela Comissão, seguida, em dezembro de 2021, por uma Proposta de Recomendação do Conselho relativa a uma abordagem europeia das microcredenciais para a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade.

Estes resultados de aprendizagem são avaliados à luz de critérios transparentes e claramente definidos. A prova está contida num documento certificado que indica o nome do titular, os resultados da aprendizagem obtidos, o método de avaliação, o organismo de atribuição e, quando aplicável, o nível do quadro de qualificações e os créditos obtidos. As microcredenciais são propriedade do aprendente, podem ser partilhadas, são portáteis e podem ser combinadas em credenciais ou qualificações maiores. Baseiam-se na garantia da qualidade de acordo com as normas acordadas no setor ou área de atividade».

Fonte: Comissão Europeia (2022); definição usada no estudo do Cedefop.

Estes desenvolvimentos mostram que a natureza, o formato e a finalidade das microcredenciais estão a mudar. Em apoio ao exercício de consulta da Comissão, o Cedefop realizou um estudo abrangente sobre microcredenciais (1), que analisou as suas características, a forma como são concebidas, atribuídas e reconhecidas, a razão por que são solicitadas, como estão a ser utilizadas e quais são as suas vantagens e limitações. As conclusões do Cedefop foram igualmente tidas em conta no documento de trabalho que acompanhou a proposta de Recomendação do Conselho. Esta nota informativa apresenta os resultados provisórios do estudo.

MICROCREDENCIAIS: A REALIDADE DOS FACTOS

Os países europeus procuram as melhores formas de operacionalizar as microcredenciais sob a forma de resultados da aprendizagem documentados obtidos no quadro de uma experiência de aprendizagem

CAIXA 1. MICROCREDENCIAIS: DEFINIÇÃO PROPOSTA PELA UE

«Uma microcredencial é o registo dos resultados de aprendizagem adquiridos por um aprendente na sequência de um pequeno volume de aprendizagem.»

(1) A publicar em breve, 2022. O estudo inclui, entre outros, inquéritos às partes interessadas.

Apesar dos diferentes termos, os países europeus certificam muitas atividades de aprendizagem de curta duração através de dispositivos que correspondem, total ou parcialmente, à definição proposta pela Comissão Europeia.

O estudo do Cedefop identifica vários fatores que contribuem para o aumento da procura e da utilização de diferentes tipos de microcredenciais. A quarta revolução industrial, caracterizada pela emergência de tecnologias avançadas como a inteligência artificial, a nanotecnologia e a Internet das coisas, aumentou a necessidade de requalificação e aperfeiçoamento profissional contínuos.

Relatório anual do cedefop de 2021



Para o Cedefop, 2021 foi marcado por um evento especial: a visita conjunta da Vice-Presidente da Comissão Europeia Margaritis Schinas e do Comissário Europeu para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit. Uma visita oficial do Comissário é sempre um ponto alto para qualquer agência da UE.

As discussões com os dois visitantes de alto nível confirmaram que os estudos, análises e evidências que o CEDEFOP produz, bem como a sua abordagem voltada para o futuro são altamente relevantes para a formulação de políticas a nível da UE e algo muito valorizado. A Agência confirma que está no caminho certo, ao prosseguir a sua visão para a educação e formação profissional (VET) e a estratégia que havia traçado em conjunto com o Conselho de Administração: proativa, capacitadora e com a EFP centrada no aluno, que dá resposta a todos, em qualquer idade, e atua como um motor para a inovação.

Políticas europeias de informação e orientação com referência à mobilidade internacional de jovens aprendizes de EFPI

A Recomendação «Juventude em Movimento» de 28 de junho de 2011 levou os Estados-Membros a impulsionar a mobilidade internacional dos formandos de EFPI, através da atualização dos seus sistemas de informação e orientação.

Este resumo faz um balanço dos progressos alcançados até à data. Os mecanismos de informação sobre a mobilidade internacional parecem estar em vigor em todos os Estados-Membros, enquanto as políticas relacionadas são normalmente coordenadas a nível nacional. Ainda assim, há espaço para progresso, uma vez que as metas claras de políticas e a avaliação das ações diferem entre os países, sendo a provisão de orientação abrangente, muitas vezes, um ponto fraco.

Aceda à publicação aqui:

https://www.cedefop.europa.eu/files/9170_en_2.pdf

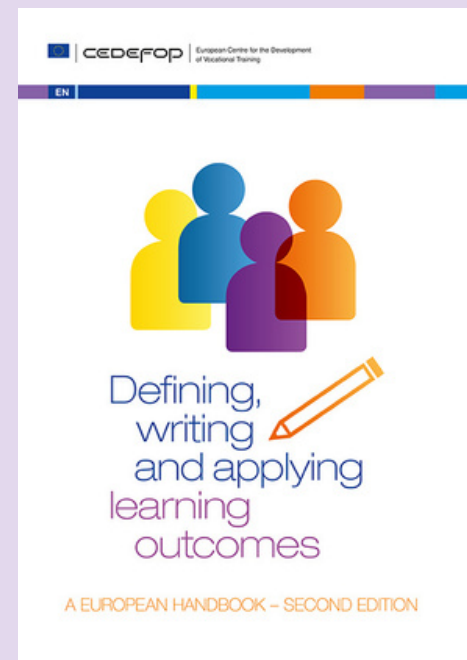


Guia Europeu

Definir, escrever e aplicar resultados de aprendizagem

Esta segunda edição do manual europeu sobre os resultados da aprendizagem do Cedefop destina-se a indivíduos e instituições ativamente envolvidos na definição e redação dos resultados da aprendizagem na educação e na formação.

O manual visa constituir um ponto de referência para a cooperação nesta área e oferece exemplos concretos do uso de resultados de aprendizagem, bem como uma visão geral da orientação existente e material de pesquisa que apoia a definição e redação dos resultados de aprendizagem. O manual revisto também visa promover o diálogo entre as partes interessadas da educação e formação e do mercado de trabalho, baseando-se em materiais de diferentes partes do sistema de educação e formação e fazendo a ponte entre instituições e setores.



Aceda à publicação aqui:
<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications/4209>

Reforçar os sistemas de competências em tempos de transição Insights do índice de competências europeu de 2022 do Cedefop

As competências estão no cerne do bom funcionamento das economias e das sociedades inclusivas. Os sistemas de competências apoiam e moldam as transições e desempenham um papel crucial na entrega de competências, na utilização do talento e na correspondência entre as competências e os empregos. Com o objetivo de promover a política de competências baseada em evidências na UE, este resumo de política utiliza o índice de competências europeu de 2022 do Cedefop para fazer um balanço das tendências, identificar o potencial de melhoria e localizar as melhores práticas.

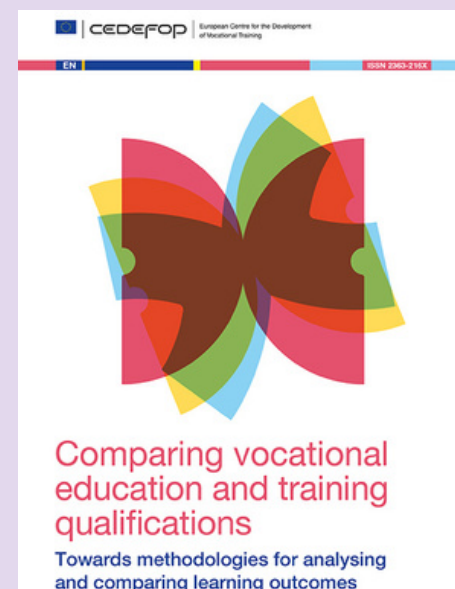
Aceda à publicação aqui:
https://www.cedefop.europa.eu/files/9169_en.pdf



Comparação de qualificações de ensino e formação profissional Rumo a metodologias de análise e comparação dos resultados de aprendizagem

Este relatório reúne as conclusões do projeto do Cedefop **Comparar as qualificações do ensino e da formação profissionais: rumo a uma metodologia comparativa europeia**. Olhando para os desafios relacionados com a análise aprofundada e comparação do conteúdo das qualificações de EFP, o relatório apresenta uma base metodológica sobre a qual os investigadores e os decisores políticos podem construir.

Aceda à publicação aqui:
https://www.cedefop.europa.eu/files/3090_en.pdf





Recomendação sobre a aprendizagem em prol da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável

O Conselho da União Europeia adotou, em 16 de junho de 2022, uma Recomendação sobre a aprendizagem em prol da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável, destinada a estimular e apoiar as políticas e práticas a favor deste tipo de aprendizagens. Pretende-se contribuir para que os aprendentes de todas as idades adquiram os conhecimentos necessários para viverem de forma mais sustentável, para que desenvolvam as competências necessárias para enfrentar um mercado de trabalho em mutação e atuem, tendo em vista um futuro sustentável.

Recomenda-se, nomeadamente, aos Estados-Membros que:

- Façam da aprendizagem para a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável um domínio prioritário das políticas e dos programas de educação e formação;
- Proporcionem oportunidades de aprendizagem em contextos formais, não formais e informais;
- Apoiem e melhorem o ensino e a aprendizagem em prol da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável, disponibilizando infraestruturas, ferramentas digitais e recursos, e tendo por base o novo Quadro Europeu de Competências em matéria de Sustentabilidade (GreenComp);
- Forneçam informações acessíveis e baseadas em factos sobre a crise climática, ambiental e da biodiversidade e as suas causas;
- Ajudem os educadores a participarem em programas de desenvolvimento profissional relacionados com a sustentabilidade.

A Recomendação baseia-se numa proposta apresentada pela Comissão, em janeiro de 2022, após uma consulta aprofundada com decisores políticos, professores, organizações de juventude, parceiros sociais, investigadores e o público.

A Proposta de Recomendação criada pela Comissão Europeia é acompanhada de:

- um novo Quadro Europeu de Competências para a Sustentabilidade (GreenComp), criado pela Comissão Europeia;
- um documento de trabalho sobre Aprendizagem para a Transição Ecológica e o Desenvolvimento Sustentável, que pode servir como um manual para profissionais, apresentando exemplos relevantes e boas práticas de toda a Europa.

A Comissão realizou também um estudo que identifica políticas e abordagens à Educação Ambiental para a Sustentabilidade nos Estados-membros e que foi utilizado como base para a Proposta de Recomendação.

A Comissão Europeia apoiará a implementação da Recomendação adotada pelo Conselho por diversos meios, nomeadamente através de aprendizagem entre pares e do intercâmbio sobre sustentabilidade na educação, inclusive por meio de um Grupo de Trabalho da União Europeia dedicado a este assunto (Working Group on Schools: Learning for Sustainability).

Aceda aqui à Recomendação:

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0627\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0627(01)&from=PT)

LEGISLAÇÃO MAIS RELEVANTE

Decreto-Lei n.º 39/2022, de 31 de maio

Altera o regime dos cursos de especialização tecnológica.

Despacho n.º 7716-A/2022 Diário da República n.º 118/2022, Série II de 2022-06-21

Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro das Finanças, da Secretária de Estado da Administração Pública e do Secretário de Estado da Educação

Procedimento de mobilidade por doença.

Despacho n.º 7870-A/2022 Diário da República n.º 122/2022, 1.º Suplemento, Série II de 2022-06-27

Administração Interna, Justiça, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Justiça, do Ministro da Educação e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde

Cria a Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta.

Recomendação n.º 3/2022 Diário da República n.º 124/2022, Série II de 2022-06-29

Educação - Conselho Nacional de Educação

O acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva.

Recomendação n.º 4/2022 Diário da República n.º 124/2022, Série II de 2022-06-29

Educação - Conselho Nacional de Educação

Participação dos jovens no ensino superior.

Decreto-Lei n.º 42-A/2022 Diário da República n.º 125/2022, 1.º Suplemento, Série I de 2022-06-30

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

